

Estudos da Língua(gem)

Questões de Fonética e Fonologia: uma Homenagem a Luiz Carlos Cagliari

Breve História da Ortografia da Língua Juruna

Brief History of the Jurana Language Orthography

Cristina Martins FARGETTI*

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA (UNIMEP)

RESUMO

Neste texto em homenagem a Luiz Carlos Cagliari, serão apresentadas algumas considerações sobre os vários momentos da ortografia da língua juruna, falada pelo povo juruna, do Parque Indígena Xingu, MT: estudos preliminares, sua proposta e seu uso atualmente.

PALAVRAS-CHAVE

Língua juruna. Ortografia.

* Sobre a autora ver página 142.

ABSTRACT

In this text in homage to Luiz Carlos Cagliari, some considerations about the various juruna orthography moments, wich language is spoken by juruna people, living in Xingu Indian Park, MT, Brazil: preliminary studies, the orthography proposal and its nowadays use.

KEY-WORDS

Juruna language. Orthography.

Introdução

Os juruna vivem, em sua maioria, no Mato Grosso, em quatro aldeias, no Parque Indígena Xingu, próximos à foz do Manitsawá e à BR-80. Sua população, segundo meu censo de julho de 2001, é estimada em 241 pessoas. São todos falantes da língua indígena, sendo os homens falantes do português também, língua franca no Parque. As mulheres, geralmente, compreendem mas não falam português, devido, provavelmente, à timidez, ou a um tipo de bilingüismo: observei que podem me compreender quando falo português, mas falam comigo em juruna. Tal comportamento se estende a outras línguas xinguanas, pelo visto (por exemplo, entendem suyá, língua jê, mas respondem em juruna).

A língua juruna é classificada como pertencente ao tronco tupi, família juruna (RODRIGUES, 1986),¹ e até pouco tempo não contava com estudos lingüísticos; havia apenas listas de palavras coletadas por geógrafo, sertanista e viajantes: Collins (1962), Villas-Bôas (1989 – contato entre 1950-1960), Nimuendaju (1931 – contato em 1916-1917), Coudreau (1977 – contato em 1886), Steinen (1942 – contato em 1884).

Meu trabalho de pesquisa dessa língua iniciou-se em 1989, na pós-graduação, depois de um convite de Lucy Seki para fazer parte de seu projeto de documentação e descrição das línguas do Xingu. Pude nessa época contar com o diálogo com Luiz Carlos Cagliari, professor que havia despertado meu gosto pela Fonética e pela Fonologia já nos tempos da graduação. E esse gosto foi o responsável pelo encantamento pela língua juruna, uma língua tonal.

¹ De tal família, a outra língua que ainda resta é o xipaya, com apenas 4 falantes. Estudos comparativos entre as duas línguas, com vistas à definição do proto-juruna, estão sendo realizados por mim e por Carmen L. Rodrigues (FARGETTI; RODRIGUES, 2005a e 2005b).

O principal informante para o estudo fonológico foi Adjihá, que eu não havia escolhido, mas que me escolheu: foi ele quem se dispôs a trabalhar comigo e que, pacientemente, respondeu a todas as minhas perguntas, repetindo dados inúmeras vezes, sem se aborrecer com minhas insistências. Estava sempre entusiasmado para me ensinar. Infelizmente, ele faleceu em 2005, ainda jovem, vítima de lamentável acidente, por isso, este texto também lhe presta uma homenagem.²

Reduzindo uma língua à escrita?

O estudo da língua juruna iniciou-se em 1989, data de minha primeira viagem ao Xingu. Não se sabia muito a seu respeito, pois só existiam as referidas listas de palavras, que apresentavam grafias diferentes e, posteriormente se descobriram inegáveis mal-entendidos. Havia, contudo, a suspeita, por parte de Lucy Seki, de que fosse uma língua tonal. Suspeita que se confirmou com minha pesquisa, em 1992. Concluí um primeiro estudo fonológico, de base pikeana, e comprovei a existência de tom na língua. Sem dúvida o método de Pike permite chegar à definição dos fonemas de uma língua nunca antes estudada, mas ele não é o principal fator para o sucesso nessa tarefa. Vem antes dessa análise uma boa transcrição fonética, como ressalta Cagliari (2002, p. 20):

[...] É falso também achar que é impossível descrever fonologicamente uma língua que nunca antes foi descrita ou estudada, como algumas línguas indígenas, sem uma interpretação fonêmica prévia. O que é, de fato, essencial é uma boa análise fonética, que será aproveitada como ponto de partida para as análises fonêmicas ou como ponto de chegada para as interpretações da Fonologia Gerativa.

Meu estudo fonológico permitiu, em 1994, uma proposta de ortografia para a língua. Ela foi apresentada aos professores juruna, que já liam e escreviam em português, e eles decidiram entre algumas possibilidades de letras para um mesmo fonema, por exemplo. Optaram por não grafar os tons altos (há dois tons fonológicos, o alto e o baixo) devido ao excesso de sinais que grafá-los traria.

² Peço desculpas aos juruna que lerem este texto pelo fato de escrever aqui o nome de alguém que faleceu há pouco tempo, o que contraria um costume de sua cultura, que é o de não pronunciar ou escrever o nome de um falecido. Afirmando, contudo, que procurei manter o devido respeito a alguém que me foi muito querido.

A ortografia está em uso no ensino bilíngüe nas escolas juruna e apresenta poucos problemas na sua utilização pelo falante da língua, por ter sido elaborada justamente em uma parceria entre lingüista e falantes. Sem uma proposta baseada em estudo lingüístico, a escrita poderia surgir de uma mera adaptação da ortografia do português, e sem a participação do falante nas decisões, a ortografia seria abstrata demais e pouco eficiente para o fim a que se propõe. Assim, atribui-se o sucesso da aquisição da escrita em juruna não ao trabalho único da lingüista, mas ao diálogo estabelecido com os falantes.

Cunha (1996, p. 79)³ questiona, contudo, a utilização do alfabeto proposto:

The issue here is, whose new codes are they using? Are they not expression of dominant literacies as well? When it comes to diacritics, are they not influences from the Portuguese language? And the letters 'k', 'y' and 'w'? These letters are not part of the Portuguese alphabet. Were they not acquired from linguists who described the juruna language using the International Phonetic Alphabet?

No caso do *y*, como pode ser visto a seguir, não se pode dizer que tenha vindo do IPA (veja-se *j*); ele e as demais letras citadas são encontradas na grafia de outras línguas indígenas brasileiras, o que insere o juruna dentro de uma pequena tradição de escrita, fato interessante para uma ortografia recente. Quanto à diferença do alfabeto do português, não compreendo a necessidade de que a escrita juruna seja equiparada à portuguesa. Usar *c* no lugar de *k* poderia ser mais confuso para aqueles que conhecem sistemas de escrita em que *c* não corresponde à oclusiva velar surda.

Talvez uma alternativa mirabolantemente original fosse propor aos juruna uma escrita ideográfica, utilizando, por exemplo, partes de seus padrões de pintura para compor os símbolos. Seria muito interessante, bonito, não haveria, assim, qualquer semelhança com o português, com o IPA ou com a escrita de qualquer outra língua brasileira, além de apresentar um certo toque oriental. Toda essa beleza, contudo, seria inútil, pois

³ Esse trabalho de Cunha [tese de doutorado], **The Yudja of Xingu: language, literacy and social changes among speakers of a endangered language**, tenta mostrar o letramento entre os juruna, mas suas poucas observações estão mais centralizadas na utilização do português. A documentação da língua é insipiente [limita-se às páginas 79, 80 e 81, com equívocos de transcrição e de análise, inclusive].

representaria uma escrita marginalizada por não poder ser impressa, não poder ser utilizada em uma simples máquina de escrever ou em um computador. Qual a finalidade de uma escrita dessas? Apesar da beleza, provavelmente não seria aceita pelos próprios juruna. Para resolver a dificuldade de impressão, portanto, é imprescindível que o alfabeto proposto seja semelhante aos já existentes no mundo, e, se possível, aos já existentes para línguas indígenas brasileiras.

O alfabeto juruna está sendo utilizado com eficácia no ensino bilíngüe e na produção de literatura. Observa-se que os juruna, em geral, têm mais facilidade para escrever e ler em sua própria língua do que em português, embora o ensino da escrita juruna seja mais recente do que o ensino de português. Isso se deve ao fato de que para a maioria das crianças, que é monolíngüe, o juruna é a primeira língua, e também para os adultos bilíngües, escrever em sua língua é uma atividade tranqüila devido à falta de problemas com a ortografia construída. Desde a sua construção, ela sempre foi utilizada sem problemas, o que causa surpresa em relação a outras comunidades xinguanas, em situação bem diferente, como os kayabi e os kayapó, que até bem pouco tempo enfrentavam problemas com a ortografia de suas línguas, pois os sistemas foram-lhes impostos por missionários do SIL. Suas reações em relação à escrita são ora de estranhamento (a escrita não representa a sua língua), ora de incapacidade (sua língua é tão difícil que não se pode escrevê-la). Recentemente, lingüistas não-missionários têm trabalhado com tais comunidades e travam com os professores indígenas discussões intermináveis a respeito da ortografia de suas línguas devido aos problemas referidos, o que ocupa muito tempo que poderia ser destinado à produção de textos nas línguas e à discussão mais dirigida a questões pertinentes ao ensino e sistematização de conhecimentos sobre a língua.

Como foi dito, tais problemas não ocorrem com os juruna, uma vez que o alfabeto proposto foi discutido com os falantes da língua, num processo em que eles mesmos escolheram, entre várias opções, as letras que acharam mais adequadas e decidiram, após tentativas, não marcar o tom nas palavras. Para os juruna, portanto, a ortografia não foi algo imposto de fora, mas algo construído no diálogo entre lingüista e falante da língua. Acredito ser esse o principal motivo do sucesso dos juruna com sua escrita.

Além dos juruna, outros povos do Xingu não tiveram contato com o SIL (tais como os kamaiurá, ikpeng, suyá, panará, trumai, kuikuro, aweti, mehinaku) e escrevem em sua língua com desenvoltura. Isso é fruto de um trabalho de lingüistas não-missionários, ligados a diversas instituições de pesquisa do Brasil e do exterior.⁴

Ensino bilíngüe

Existe escola em Tubatuba desde 1989 e nela se ensinava português e matemática. A partir de 1994, começa-se a ensinar a escrever em juruna, embora somente no final de 1998 tenha ficado pronto o primeiro livro para alfabetização em juruna, cujo título é *Yudja kamena dju'a papera* (que quer dizer “livro que é dono da palavra juruna”, uma tradução para “cartilha”). Foi publicado pelo MEC em novembro de 1998, com apoio da Secretaria da Educação Fundamental (SEF), Instituto Socioambiental (ISA) e The Norwegian Rainforest Foundation (RFI). Os direitos autorais são de Tarinú Adjihá, Yabaiwá, Karí e Pixayã. Em janeiro e fevereiro de 1997, Tarinu foi o autor da maior parte dos textos do livro e o tradutor e ilustrador dos exercícios elaborados por mim, que fui a responsável pelo planejamento lingüístico, pedagógico e pela organização/editoração do texto. A coordenação do projeto de formação de professores do Xingu era de Maria Cristina Troncarelli (Bimba), que apoiou o trabalho com os juruna.

Já foram também publicados pelo MEC/ISA livros de alfabetização em kamaiurá (Kamayura jemo'etap, orientado em sua parte lingüística por Lucy Seki), em kuikuro/kalapalo/matipu/nahukuá (Tisakisü, organizado por Bruna Franchetto), kayabi (Patrícia Borges), em suya (Ludoviko C. Santos), panará (Luciana Dourado), ikpeng (Cilene Campetella e Frantomé Pacheco), e trumai (Raquel Guirardello).

Na elaboração do livro juruna, Tarinu, principalmente, escolheu palavras-tema que motivaram textos, questões de interpretação, jogos (palavras cruzadas, caça-palavras, etc) e ilustrações. O livro estimula a pesquisa (procurar os mais velhos para ouvir histórias) e o resgate de costumes que estavam sendo esquecidos (canções para crianças).

⁴ Embora o trabalho dos lingüistas seja visto ainda como meramente “técnico” [aqueles que vão “resolver o problema das letras”], há, verdade, toda uma postura dos lingüistas em relação à linguagem e ao trabalho que tem levado ao sucesso.

Apesar do cuidado de se um livro temático e contextualizado no cotidiano de uma criança juruna, tenho claro que é, ainda, um primeiro trabalho sujeito a modificações provenientes de críticas dos próprios professores. Sabe-se que todo material didático só é aprimorado com seu uso, na prática de sala de aula. Isso não seria diferente para os professores juruna, portanto o livro em questão pode e deve receber deles críticas/sugestões. Como diria Luiz Carlos Cagliari (1989, p. 23):

Os métodos valem para quem é capaz de se beneficiar deles e jamais substituem o conteúdo, do contrário se tornam fins em si mesmos, ou máquinas que produzem robôs e não seres dotados de capacidade de reflexão intelectual.

O material didático mais produtivo e adequado inclusive, é sempre aquele produzido pelo próprio professor que apresenta os conteúdos contextualizados e de acordo com a demanda do momento. Tal versatilidade do professor, contudo, só é adquirida quando possui amplo material de apoio. Esse livro de alfabetização é, portanto, um primeiro passo no sentido da maior autonomia do professor, e não um mero livro de receitas a serem seguidas infalivelmente. Tal posicionamento tem sido discutido com os professores juruna.

Além do livro de alfabetização, os juruna já escreveram vários livros de histórias em sua língua, que já foram por eles ilustrados e, junto comigo, revisados. Há, inclusive, alguns rapazes juruna que fizeram um curso superior na Unimat, e que realizam pesquisas dos mitos de seu povo, tentando gravar e transcrever histórias contadas pelos mais velhos. Isso demonstra que os juruna atribuem funções a sua língua escrita e a valorizam a ponto de investir seu tempo na construção de textos para leitura.

A publicação desses textos é esperada pelos juruna, principalmente por aqueles que não participam dos cursos de formação de professores indígenas e mesmo não residem em Tubatuba. Yawadá, mulher juruna casada com kayabi, é uma das pessoas que esperam pela publicação. Ela vive em Brasília há vários anos, pois seu marido trabalha na Rádio Nacional da Amazônia. Tem cinco filhos que, segundo ela, não aprenderam a falar juruna e que desejam aprender.

Ao contrastar o uso da escrita juruna com a tradição oral, é possível verificar, contudo, algumas incoerências. Por exemplo, no livro de alfabetização citado e nos livros de história, há versões muito reduzidas das histórias, contadas pelos juruna por se comparadas com as versões orais (é comum dizer “os velhos contam mais”). Além disso, na oralidade, certos termos são muito repetidos, e na escrita, segundo eles, não deveriam sê-lo. Ou ainda, termos antigos em desuso na fala cotidiana, mas recorrentes na narrativa oral dos mais velhos, estão sendo substituídos na escrita, quando na verdade deveriam ser mantidos.

Diante disso, professores juruna, numa postura crítica, têm levantado questões já pensadas por mim, em 1994: afinal, como escrever as histórias antigas, resumindo ou não?; que mecanismos de coesão, além da repetição, seriam adequados na escrita?; a repetição deveria ser eliminada ou não?; ao escrever histórias antigas, deve-se usar a variedade antiga da língua ou não?

Essas questões devem ser resolvidas com muita cautela para se evitar deturpações das histórias antigas em decorrência do encurtamento, mas também, para se evitar textos extremamente longos de difícil leitura como aconteceu com o texto escrito por Tahirimã. Por uma iniciativa própria, Tahirimã resolveu escrever o mito do sol. Tentou ser o mais fiel possível, não abreviando a história. Com isso escreveu um texto em juruna bem longo, de muitas páginas, e segundo ele, mais próximo do relato dos velhos. Foi a primeira tentativa de registrar uma versão de um mito da maneira mais completa possível, sem utilizar-se para isso da audição de uma gravação. Mas é claro que Tahirimã escreveu para leitores juruna esclarecidos, pressupondo uma série de inferências, como pude observar, por conhecer o mito em questão.

Há por parte de certos jovens professores juruna, a concepção de que eles escrevem melhor em sua língua. Eles têm uma postura um tanto autoritária que evidencia características de líder. O que parece mostrar que poder político e escrita também têm uma relação entre os juruna. Em 1994, eu também me questionava: quem vão ser os escritores juruna? para quem irão escrever? quem tomará decisões sobre a normatização da escrita? a comunidade será consultada ou não?

Na minha aldeia tem escola

Estudar em escola da própria aldeia tem representado, para a maioria dos juruna, uma oportunidade única e mais eficiente de um melhor letramento, inclusive pela possibilidade de, somente na aldeia, desfrutar de um ensino bilíngüe diferenciado. Além disso, estudar na cidade é sempre uma experiência difícil para os jovens. São discriminados, recebem um ensino não diferenciado (com aulas de religião, inclusive), passam necessidades (a comunidade não tem verbas para mantê-los) e são expostos às drogas e à prostituição.

Cunha (1996, p. 241), equivocadamente, afirma que somente crianças pequenas estão aprendendo juruna na escola e que a pedagogia utilizada é do mundo karáí (não-índio), o que, segundo a autora, contribuiria para a mudança de língua (para o português) ao invés de sua preservação e desenvolvimento de sua própria língua.

Diferentemente do que afirma Cunha, não só criança, como também adolescentes e adultos aprendem a ler e a escrever em juruna. Além disso, a pedagogia dos professores juruna é diferente da do mundo karáí, o que, inclusive, colabora para a manutenção e desenvolvimento da língua juruna.

Como eu pude notar desde os primeiros contatos, os juruna utilizavam o código de rádio para soletrar em português. Isso porque até mesmo as crianças conhecem tal código, que é utilizado no rádio amador quando há muito ruído e a comunicação se torna difícil: as iniciais de cada palavra correspondem às letras da palavra enunciada, por exemplo, casa seria “charlie-alfa-serra-alfa”. Trata-se de um código internacional com algumas modificações feitas pelos falantes de português:

- A – ALFA
- B – BRAVO
- C – CHARLIE
- D – DELTA
- E – ECO
- F – FOX
- G – GOLF
- H – HOTEL
- I – INDIA

J - JULIETE
L - LIMA
M - MIKE
N - NOVEMBER
O - OSCAR
P - PAPA
Q - QUEBEC
R - ROMEU
S - SERRA
T - TANGO
U - UNIFORME
V - VICTOR
X - XADREZ
Y - YANKEE
W - WHISKY
Z - ZULU

Mesmo no ensino de juruna, esse código passou a ser utilizado, com modificações propostas pelos juruna e por Fargetti (1994) para letras do alfabeto juruna que não existem no código: **ĩ** - apĩ (“cachorro” em juruna),’ imeuba (segundo os juruna, é o nome da oclusiva glotal), **tx** - tango-xadrez (africada alveopalatal surda), **dj** – delta-juliete (africada alveopalatal sonora). Estes dois últimos, Cunha (1996.) cita corretamente, mas cita “índia-dois-pontos” para **ĩ**, “uniforme-dois-pontos” para **ũ** e desconsidera a glotal’. Desconhece-se em juruna a vogal **ũ** e, como foi mostrado, a solução para **ĩ** (a vogal central alta) foi utilizar uma palavra em juruna, “apĩ”.

Como foi visto, a utilização do código do rádio é uma inovação pedagógica dos próprios professores juruna. Não é influência da escola dos kará. Além disso, durante suas aulas, os professores falam somente juruna. Se a aula é de português, lêem o texto em português, mas o explicam em juruna. Esta metodologia, não observada por Cunha (1996), é própria dos professores juruna. Também há nas aulas uma liberdade maior de expressão para as crianças em relação às nossas escolas: elas dialogam livremente entre si e com o professor e nunca foram vistas desrespeitando o professor. Cunha não deve ter tido, portanto, a oportunidade de observar

melhor a escola juruna e as práticas pedagógicas dos professores, por isso, sua conclusão é que o modelo de escola juruna é o dos brancos, dos karai.

Com relação à afirmação de que o tipo de ensino juruna levaria à mudança da língua (para o português somente), um bom contra-argumento seria o fato de que os juruna escrevem, entre outras coisas, poesias em sua língua. Anunciam os poetas a morte de sua língua? Creio que não. “Arejam” sua língua, utilizam-na para expressar o que consideram o belo e o fazem com a liberdade dos que criam.

Como já foi dito, os professores juruna produzem os mais diferentes tipos de texto em sua língua escrita, para variadas situações de comunicação e variados leitores. Eles apropriaram-se de sua escrita e da leitura e escrevem nas mais variadas práticas sociais.

Pensando a minha língua

Acredito que meu trabalho de documentação e descrição possa trazer alguma contribuição aos falantes da língua juruna. Isso porque aceito o ponto de vista de Mindlin (2000, p. 29), por exemplo, que afirma que

[...] os índios deveriam ter acesso a tudo que já se escreveu sobre eles, podendo analisar, criticar, ampliar, comparar os resultados obtidos por estudiosos. O olhar atento dos índios sobre o que se escreve sobre eles há de estimular a ponte entre a pesquisa aprofundada e a comunidade, favorecendo um uso social conveniente do registro de sua tradição e da sua história.

Com certeza, hoje, os jovens juruna que puderam ter acesso a uma universidade, que fizeram inúmeros cursos de formação no Xingu, têm condições de avaliar a minha pesquisa lingüística, através de meus trabalhos. Inclusive é meu desejo um diálogo maior com eles, diálogo que, pela formação deles, é mais facilitado. Tive esse desejo desde o início de meu trabalho de pesquisa, o que atropelou um pouco as coisas, porque, querendo mostrar aos meus informantes o resultado inicial de meus estudos, entreguei a Adjihá uma cópia de minha dissertação de mestrado, com o estudo fonológico. Isso foi quase totalmente desastroso, pois Adjihá, que tinha pouco conhecimento de Lingüística, e, ansioso por escrever em sua língua,

começou a tentar escrevê-la e ensiná-la na escola através da transcrição fonética do trabalho. Então, quando o vi novamente, disse-me que a escrita da língua juruna dava muita dor de cabeça...

Na verdade, aquilo não era uma proposta de ortografia. Expliquei a ele que a “transcrição fonética é um jeito que os lingüistas têm de escrever para não esquecer como se pronunciam as palavras, não é ainda a ortografia”. Pobre amigo, foi vítima de meu excesso, mas logo entendeu a função de uma transcrição pensando na minha memória curta (quantas e quantas vezes não repetia os dados para mim!). Posteriormente, beneficiou-se da discussão sobre a ortografia que se propunha para sua língua e, após ela ser definida por ele e pelos demais professores juruna, tornou-se um excelente professor, ensinando a ler e escrever em sua língua, usando uma ortografia que não lhe dava mais dores de cabeça.

Percebemos, por esse exemplo, que os estudos lingüísticos nem sempre são compreendidos pelo público geral, mesmo se tratando de não-índios. Trabalhos do professor Luiz Carlos Cagliari que fazem a ponte entre os estudos lingüísticos e a sua aplicação na escola, portanto, são valiosos na formação de professores, pedagogos, fonoaudiólogos, etc. Constituem lacuna, nesse sentido, publicações voltadas aos professores indígenas, pois, até o momento, o conhecimento sobre suas línguas e realidades de ensino bilíngüe fica restrito a trabalhos acadêmicos. Esses trabalhos não têm a preocupação de dialogar com esses professores, possibilitando-lhes ter uma reflexão metalingüística.

Assim, se minha dissertação de mestrado, uma análise fonológica, teve como retorno para os juruna um sistema de escrita alfabético hoje em uso por eles, qual seria o tipo de retorno que meus estudos posteriores poderiam trazer? Responder, atualmente, essa pergunta pode levar a especulações precipitadas sobre o futuro, afinal não é possível saber com certeza o tipo de uso que os leitores de meus trabalhos farão. Podem ser feitas, contudo, previsões otimistas. Embora não seja uma gramática completa da língua, a tese de doutorado (FARGETTI, 2001) traz uma descrição sistemática de aspectos da gramática e, como tal, contribuiria para uma reflexão metalingüística. Tal reflexão, como demonstrei anteriormente, já está ocorrendo entre os juruna, e, segundo Aouroux (1992), e essa reflexão sempre tem sua origem com o início do uso da escrita:

Para a história das representações lingüísticas, o **limiar da escrita** é fundamental. Qualquer que seja a cultura, reencontramos sempre os elementos de uma passagem do epilingüístico ao metalingüístico, quer se trate do aparecimento das palavras metalingüísticas [**dizer, cantar, etc.**], de certas práticas de linguagem, de especulações sobre a origem da linguagem, ou sobre a identidade e a diferenciação lingüísticas, como o demonstra o exemplo dos índios da América. Mas pelo que sabemos, não encontramos em nenhuma civilização oral um corpo de doutrina elaborado **em relação** com as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou “poetas” (AUROUX, 1992, p. 18, grifos do autor).

É, portanto, a escrita a iniciadora da reflexão metalingüística. Seguramente uma série de questões sobre a estrutura gramatical da língua está ocorrendo entre os professores juruna (por exemplo, vários deles têm dúvidas sobre a grafia de verbo em que há reduplicação: ora o escrevem como uma única palavra, o que é mais coerente, pois se trata de um único verbo na oração, ora o escrevem como duas palavras separadas, o que gera confusão, pois não se trata de dois verbos...).

Espero que as noções gramaticais que descrevi não sirvam para os professores juruna ensinarem seus alunos a classificarem as classes de palavras em sua língua, esmiuçarem o processo de reduplicação em um verbo, e, na fonologia, explicarem a localização do acento em relação à alternância de tons... Afinal, que fariam então os professores juruna com a metalingüagem? Em primeiro lugar, compreenderiam que sua língua tem uma estrutura diferente da estrutura da língua portuguesa, e isso não constituiria um problema, uma defasagem do juruna. Tamariku, agente de saúde, alfabetizado em português, ao fornecer dados lingüísticos dizia: “Minha língua é torta, é diferente do português. Eu vou falar para você endireitando”. Foi esse “endireitar” que me incomodou, pois, sabedor das diferenças de estrutura, ele tentava aproximar a estrutura sintática de um enunciado em juruna à sintaxe do português (ordem de palavras). Esse juízo de valor, “a língua torta”, seria evitado se Tamariku reconhecesse, como uma possibilidade válida, a diferença. Espero, portanto, que os estudos lingüísticos suscitem nos professores a consciência da individualidade de sua língua, e, através dela, orientem a produção textual e a leitura de seus alunos de maneira segura, sem aproximação do português, ou “endireitamentos”.

Lingüistas da minha aldeia

Pudemos observar entre os juruna discussões a respeito de sua língua a partir do momento em que começaram a tentar transpô-la para o papel. Num primeiro momento, ao observar os sons, notaram que não havia em português a oclusiva glotal. Propuseram para ela então o nome “imeubá”. Segundo dizem, o sentido da palavra é só esse “o som da oclusiva glotal”. A iniciativa da denominação e a escolha do termo partiram dos próprios professores juruna quando decidiram transpor o alfabeto juruna para o código de rádio. Esse código já era utilizado na alfabetização em português para soletrar palavras. Como há rádio amador nas aldeias, o conhecimento do código sempre se mostrou necessário. Para a comunicação em juruna via código, certas adaptações foram feitas, entre elas, a inclusão de “imeubá”.

Além disso, em minha última viagem à aldeia, os professores levantaram a dúvida esperada há muito: como escrever as vogais nasais da língua? Como em toda vogal nasal estão usando til, observaram que há palavras com muitos tís e pediram-me uma alternativa. Foi explicada a eles a minha análise do que ocorre em sua língua: somente uma vogal é intrinsecamente nasal e passa sua nasalidade às demais da direita para a esquerda. Assim, uma palavra como [ʔẽ'ʔã] “morrer” pode ser escrita ʔeʔã, com o til somente no **a**, pois é ela a vogal realmente nasal. A princípio os professores aceitaram, mas a alternativa pareceu abstrata demais, pois voltaram a usar todas as nasais. Não interferi, pois os sistemas de escrita não são unicamente fonológicos. O lingüista não deve ter um posicionamento intransigente, de quem é o dono da verdade, pois é o falante da língua o usuário do sistema de escrita e ele tem também suas intuições que devem ser respeitadas. Tanto é verdade que Mahurimã, um jovem que estudava em São José do Xingu e que acompanhou a discussão, sem minha interferência, levantou-se, foi ao quadro negro e começou a escrever em sua língua. Procurava pares mínimos (sem que se tivesse falado nisso!) para vogais nasais. Escreveu *ikĩ* “rezar”, *ikĩ* “perna dele”.

Ele mesmo, Mahurimã, prosseguiu na lousa tratando de outra questão complicada: as vogais longas. Os juruna mesmos resolveram escrevê-las. Mahurimã escreveu na lousa: **kahu de ?** “Amanheceu?”, **kaahu** “lá

longe”. Ele e os professores discutiram a respeito disso. Foi dado incentivo para a iniciativa de usar duas letras para simbolizar as vogais longas, o que até então não era feito. Em meus primeiros estudos não obtive certeza sobre o status fonológico da duração, mas ele veio a se confirmar posteriormente, através de discussões com os professores juruna.

Apesar de vez ou outra surgirem discussões a respeito da marcação ou não dos tons, afinal a língua é tonal, até o momento a decisão é pela não marcação, uma vez que marcar os tons causa mais problemas às crianças em alfabetização do que propriamente uma distinção válida. Mas é uma questão em aberto, devido à possibilidade de mal-entendidos com pares mínimos que não teriam diferenciação na escrita. Por exemplo, somente pelo contexto se saberia o que significa 'a'a, pois dependendo dos tons das duas sílabas poderia significar “bocejo”, “morcego” ou “pênis”.

O doutor não entende nossos nomes...

Há anos atrás havia numa das vigas da escola três cartazes com os nomes dos alunos de cada professor. Alguns dos nomes apresentam letras da ortografia do português, como influência do sistema de escrita da língua dominante no sistema da língua indígena. Por exemplo, foram escritos os nomes **Kumadiwa**, **Kurewadi** e **Tanadi** em que faltou o **j** depois do **d**. Tal omissão existe no sistema de escrita do português, pois não escrevemos **djia**, **ardjida**, e sim **dia**, **ardida**. Isso porque para nós o som [dʒ] só ocorre com a vogal [i], ele é, portanto, mera variante de [d], não muda o significado da palavra. Mas no juruna a coisa não é assim. O som [dʒ] é distintivo, representa um fonema da língua, ou seja, ao ser substituído, causa uma mudança de sentido. Por exemplo, **edá** significa “saúva vermelha” e **edjá** significa “sua mãe”. Portanto, para as palavras com o som [dʒ], em juruna, seria interessante continuar mantendo a ortografia em uso.

Outro exemplo são os nomes **Chībīdu**, **Tachabī** e **Chana**, escritos com **ch**, como palavras do português com o som [ʃ], mas que pela ortografia do juruna em uso deveriam ter sido escritas com **x**. Para quê incluir a confusão “**ch** ou **x**?” própria de nossa ortografia, se isso não é necessário em juruna? Também nesse sentido são as escritas de **Yassariku** e **Marrurimã**: ambas apresentam as letras dobradas, **ss**, **rr**, existentes no português mas

que não existem na ortografia juruna (no primeiro caso seria um **s** só e no segundo a letra **h**).

Diante disso, foi feita uma discussão com os professores sobre a grafia dos nomes. As crianças foram registradas dessa forma ou não? Se não foram, seria conveniente observar a ortografia da língua na hora de escrever os nomes, pois isso fortalece a escrita na língua e, além disso, pode significar afirmação da identidade juruna. A discussão foi somente iniciada, deve ser levada adiante, inclusive há agentes de saúde não índios que, segundo relatos, pouco respeitam a escrita das línguas indígenas, aportuguesando propositalmente os nomes, ou dando apelidos aos índios.

“Vamos na iscula ?”

Para os que trabalham com os juruna no projeto de formação de professores do Xingu (promovido pelo ISA e apoiado pelo MEC), entre eles matemáticos, geógrafos, médicos, dentistas, enfermeiros, é interessante saber que a fala e escrita dos juruna em português têm marcas da fonologia da língua juruna. Reconhecer este fato seria mais interessante do que assumir que os juruna “não conseguem falar e escrever em português direito”. Com relação à escrita e fala em português notamos o que segue:

1) Troca de **u** por **o**: há uma explicação clara para isso: não há o fonema /o/ em juruna, portanto, os falantes podem pronunciar uma palavra com os sons [u] , [o] e até [ɔ], indistintamente. E assim como pronunciam também escrevem. Há alguns anos atrás Adjihá pronunciava [s'kula] para “escola”. Hoje a troca permanece inclusive na escrita. Mahurimã, por exemplo, escreveu: ARARAJOBÁ (para ARARAJUBA) e escreveu CUROJA (para CORUJA) .

2) Troca de **g** por **q**: em juruna não há o fonema /g/ e nem mesmo o som [g]. Ou os falantes tentam, portanto, hipercorrigir usando **g** onde seria **q**, **c**, ou usam **q** como se fosse o som [k] de sua língua. Por exemplo, Tarinu escreveu MARACANĀ QUAÇU (para MARACANĀ GUAÇU), e Mahurimã escreveu PARACAIO (para PAPAGAIO).

3) Tarinu e outros dizem [ˈfɔsa] para “roça”. Isso se deve ao fato de que em juruna o som, correspondente ao nosso R, ter alofonia com a fricativa bilabial surda [ɸ], que se assemelha ao nosso [f]. Tal som só ocorre

em juruna com o som [u] ou [o], ou seja, com o fonema /u/. Portanto, toda vez em que há o som [u], [o] ou [ɔ] com R em português, os juruna tenderão a pronunciar o R como um F.

Conclusão: os poetas e a língua

O ensino bilíngüe nas aldeias do Xingu é visto pela maioria dos índios como algo válido, como uma alternativa ao ensino nas escolas de caraíbas no entorno ao parque. Afinal, as crianças e jovens que deixam suas aldeias e vão estudar na cidade ficam expostas à discriminação, às drogas e à prostituição, além de não apresentarem um desempenho melhor do que aqueles que sempre estudaram no parque. Apesar dessa constatação, há índios que pensam que a escola dos brancos tem um ensino melhor e são seduzidos por propostas de políticos em época de eleição (por exemplo, construção de escola de alvenaria na aldeia e promessa de contratação de uma professora não-índia...), em troca de votos.

A versatilidade dos professores juruna demonstra que o ensino da língua escrita na escola não segue necessariamente a metodologia da “escola caraíba”, da escola dos não-índios. E tal versatilidade deve ser incentivada e não prejudicada por projetos futuros, em que entrem interesses de pessoas alheias à realidade de tal povo. Além disso, para o temor de que a língua escrita venha a destruir a oralidade, provocando, inclusive, a extinção da língua juruna falada, há ao menos duas evidências de que ele seja infundado. Em primeiro lugar, escrever textos em língua juruna trouxe para os mais jovens o interesse de ouvir os mais velhos contarem mitos, histórias antigas. Descobriram que as histórias escritas eram sempre reduções, adaptações daquilo que é vivo e dinâmico na fala e com isso valorizou-se a fala também. Em segundo lugar, os juruna escrevem hoje, inclusive, poemas em sua língua e poetas jamais anunciam a morte de sua língua, mas, sim, a sua plena vitalidade.

Como eu disse, a ortografia da língua juruna, apesar da pequena oscilação na escrita de nomes próprios (devido, obviamente, à influência dos registros em cartório), tem sido utilizada com desenvoltura pelos juruna. Entre eles várias questões têm surgido e com certeza outras ainda surgirão. O que é, inclusive, natural para um sistema de escrita que tem apenas doze anos e que começa a adquirir funções na sociedade que o utiliza.

Oxalá os juruna venham a ter um lingüista, saído de seu povo, que possa, como Luiz Carlos Cagliari, discutir com eles alfabetização, ortografia, lingüística e ensino, etc... Alguém, que, inclusive, apresente a Fonética não como algo que “faz doer a cabeça”, mas que, como assim o consegue Cagliari, apresente de maneira clara, elegante, com competência e paixão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADALBERT, H. W. **Brasil: Amazonas – Xingu** (pelo) Príncipe Adalberto da Prússia. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

CAGLIARI, L. C. **Análise Fonológica**: introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização & Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CUNHA, M. J. **The yudja of Xingu**: language, literacy and social changes among speakers of an endangered language. 1996. Tese (Doutorado) – Lancaster: Lancaster University, 1996

FARGETTI, C. M.; RODRIGUES, C. L. Estudo comparativo do sistema de pessoa em xipaya e juruna (tupi). In: SEMINÁRIO DO GEL, 53., 2005a, São Carlos. **Resumos...** São Carlos: UFSCar, 2005a.

FARGETTI, C. M.; RODRIGUES, C. L. Sistemas consonantais do juruna e do xipaya: uma comparação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA NA AMÉRICA DO SUL, 2005b, Belém. **Resumos...** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Ufpa, 2005b.

FARGETTI, C. M. **Estudo Fonológico e Morfossintático da Língua Juruna**. 2001. Tese (Doutorado) – Campinas: Unicamp, 2001.

FARGETTI, C. M. **Análise Fonológica da Língua Jurúna**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Campinas: Unicamp, 1992.

MINDLIN, B. A escrita das nossas línguas. **D. O. Leitura**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado São Paulo, ano 18, n. 10, out. 2000.

NIMUENDAJU, C. Idiomas indígenas del Brasil. **Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucumán**, Tucumán (Argentina), Tomo II, p. 543-589, 1931.

RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras**. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, C. R. **Etude Morphosyntaxique de la langue Xipaya (Bresil)**. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade Paris VII, 1995.

RODRIGUES, C. R. **Langue Xipaya: étude phonologique**. 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Paris VII, 1990.

SEKI, L. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Impulso**, Piracicaba: Unimep, v. 12, 2000.

STEINEN, K. **O Brasil Central** – Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

VILLAS-BÔAS, C.; VILLAS-BÔAS, O. **Xingu** – o velho Káia conta a história de seu povo. Porto Alegre: Kuarup, 1989.

Piracicaba, março de 2006.

SOBRE A AUTORA

Cristina Martins Fargetti é doutora em Lingüística pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Graduação na Universidade Metodista de Piracicaba. Membro do grupo de pesquisa Grupo de Estudos das Línguas Ameríndias. Autora de artigos publicados em revista especializada, dentre eles: *Reflexões sobre Alfabetização em Moçambique. Site do Centro de Referência Em Educação de Jovens e Adultos, Rindo com os Juruna*. Organizadora do livro **Yudjá kamena dju'a papera**. Autora do capítulo de livro *Uma Abordagem Preliminar da Etnografia da Comunicação da Comunidade Juruna*.